

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 06 de maio de 2019 às 08h01*  
*Seleção de Notícias*

Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

Direitos de autor contra autor e intérpretes? Pode isso, secretário? .....	3
<small>LENIO LUIZ STRECK</small>	

Estado de Minas | MG

Marco regulatório | INPI

Garantia de procedência .....	7
<small>AGROPECUÁRIO</small>	

## Direitos de autor contra autor e intérpretes? Pode isso, secretário?

### OPINIÃO

O assunto "**direitos** autorais e direitos de imagem" interessa a todos os escritores e criadores em geral. Enfim, quem cria alguma coisa tem de ser preservado. E protegido economicamente. Como escritor de dezenas de livros e centenas de artigos, fico pensando no ato de criação cultural a cada vez que "pego na caneta".

Quantas coisas que crio são simplesmente apropriadas em salas de aula, textos e livros? Bom, esse é o risco de quem escreve. Se todos seguissem o "fator água mineral" - citando as respectivas fontes - , não melhoraria o bolso do criador, mas ajudaria talvez em aumentar o seu fator H (o meu hoje está em 30, nada mal, de todo modo) no Google acadêmico, medidor do índice de citações.

Por que escrevo sobre isso? Para me colocar no lugar dos intérpretes do audiovisual. O sujeito que interpreta um personagem o faz de forma única. Grava uma vez e depois a TV e outras formas o espalham pelo mundo. Ele não deveria receber por isso? Na Espanha, Colômbia, Itália isso já é garantia dos criadores faz muito tempo. No Brasil estamos avançando. Explicarei no decorrer deste texto.

A criação artística é um ato irrepetível e representa a interpretação do mundo pelo olhar do seu criador. Para a proteção tanto do criador quanto do resultado do ato (a criação), se desenvolveu um sistema jurídico que foi se tornando universal com algumas poucas diferenças entre dois grupos distintos: o direito de autor europeu continental e o direito inglês nomeado copyright. O surgimento das duas escolas em países diferentes fez com que a lógica de cada um deles os exportasse para o mundo.

Há um primado lógico dos sistemas que é o fato de que, quanto mais se explora economicamente a obra do criador, mais ele deve ser remunerado, de forma

proporcional aos demais sujeitos que contribuíram numa determinada cadeia produtiva. Isso porque antes de o sistema surgir, ao longo do século XVIII, os artistas eram remunerados da forma que os seus contratantes - em geral a corte e a alta nobreza, no contexto europeu - os remuneraria. O sistema veio a modificar e instituir esta lógica de equilíbrio e proporcionalidade em todas as atividades criativas submetidas ao direito de autor.

Ora, desta forma, os escritores, os músicos, os artistas plásticos e vários outros profissionais da criação são remunerados também de forma proporcional pela exploração da obra comercial. Isso ocorre em diversos países. Em muitas ocasiões - quando o controle não pode ser individual pela sua enorme proliferação - , a forma de remuneração se dá por um sistema de administração de direitos denominado de gestão coletiva.

No caso dos atores e demais criadores do audiovisual, essa lógica também é aplicada correntemente em diversos países. Menos, como sói ocorrer, no Brasil.

O turning point em 3/12/2018

De fato, estávamos atrasados até o dia 3 de dezembro de 2018. Nesta data, o então MinC concedeu às associações de gestão coletiva dos criadores do audiovisual, compreendidos entre estes os diretores, roteiristas e os atores, a possibilidade de exercício do direito de cobrança dos direitos pelas explorações das obras audiovisuais. O nome desta autorização prevista em lei que modificou substancialmente a lei de **direitos** autorais é habilitação. A concessão, pois, se deu no bojo de processo administrativo.

Essa mudança de paradigma propicia(ria) a proteção efetiva para os criadores e, como consequência, de regulação das relações jurídicas. Não é, porém, o que

Continuação: Direitos de autor contra autor e intérpretes? Pode isso, secretário?

ocorre com o ato do secretário do qual falarei na sequência.

No caso específico dos intérpretes do audiovisual, seus direitos, já a caminho de uma universalização por conta do Tratado de Beijing surgido em 2012 e da aplicação deste sistema em mais de 40 países, vinham sendo combatidos no Brasil sob o argumento de que o autor da obra seria originalmente o produtor audiovisual e, portanto, a lógica da remuneração proporcional não deveria ser aplicada. Há aqui um grande equívoco, pois o produtor da obra audiovisual, como se pode imaginar, não é criador e, portanto, não poderia, nunca, ser o detentor deste direito na origem, ocorrendo, portanto, uma permissão de exploração da obra de audiovisual. Não mais do que isso. Simples assim.

Já é tempo de entender que o sistema brasileiro de **direitos** autorais é vinculado às ideias europeias continentais altamente protetivas da figura do criador, o que inclui, obviamente, também os intérpretes dos papéis que representa. Qualquer outro argumento de outra ordem aponta para uma evidente inconstitucionalidade.

Como se vê, há uma lógica perversa no sistema em relação aos atores, pois eles, seja em que país for, são sempre dependentes de uma relação contratual.

Veja-se: a profissão de ator implica necessariamente em uma submissão. Isso não ocorre com os advogados, médicos, economistas, somente para citar algumas outras profissões.

O ator, sim, sempre se submete a um empregador ou contratante. Como consequência, e lembrando que o sistema é dominado pela indústria, o ator se submete a assinar os contratos que lhes são apresentados.

Ora, é rara a situação em que um ator negue trabalho. Impossível, porém, a situação em que ele possa negociar seus direitos no que se refere à transferência ou não deles. Nem vale aqui entrar no mérito se há ou

não permissão legal de cessão de **direitos** autorais sem qualquer pagamento adicional quando ocorrer o uso das obras criadas ou interpretadas. Minha posição é que não pode haver a cessão, mas, sim, uma permissão de circulação da obra. Porém, para o que pretendo expor, basta pensar que a cessão não é, em qualquer circunstância uma obrigação.

Na lei brasileira, portanto, se ela não é uma obrigação nem é determinada compulsoriamente pela lei, a forma de negociar direitos seria, no mínimo, objeto de possível negociação. Pois não é. O que há é uma assimetria que impossibilita ao ator negociar as condições, em especial no que se refere à cessão. Portanto, se o ordenamento brasileiro não presume que os direitos se transferem ao produtor, deveria haver margem para negociação, mas, se ela não é possível, o sistema de direitos de autor e direitos conexos trabalha, neste caso, contra aquele que propriamente dá nome ao sistema. Poderia ser chamado então de direito contra o autor e contra os intérpretes!

O mundo avançou e o Brasil ficou para trás. Só no ano passado é que houve a autorização estatal para que a associação dos atores pudesse arrecadar direitos sob a forma de gestão coletiva. O mesmo ocorreu com as associações de diretores e roteiristas.

O ato administrativo respeitou a lei que determina a concessão da autorização e, por ser um ato vinculado (artigo 98-A, Lei 9.610/98), a autoridade fez a análise das exigências legais.

E então veio a frustração. O secretário de Cultura suspendeu a autorização dada por seu antecessor.

Despiciendo lembrar o que diz a CF, Art. 5º, XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar - faltou só a Constituição dizer "bingo".

Além da garantia constitucional dos **direitos** autorais em si, complementa o texto constitucional no

Continuação: Direitos de autor contra autor e intérpretes? Pode isso, secretário?

inciso seguinte (XXVIII): são assegurados, nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.

Ora, a participação individual é aquela que ocorre em obra que tenha o seu conceito de obra coletiva entendido como criada por vários participantes, mas organizada por um sujeito em particular. O criador ou intérprete, de modo individual, possui o direito de ser protegido, o que inclui a sua remuneração. É até mais abrangente a CF, pois conduz à mesma lógica para as atividades desportivas.

A consequência da evidência econômica sobre o tema aparece na alínea seguinte, que impõe o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras e interpretações: b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.

Ora, em verdade, quanto mais o Estado deixa de atuar nesta seara, mais fragilizado fica o criador do audiovisual.

À toda evidência, outros setores já são contemplados com a argumentação constitucional evidente protetiva do criador. E volto a perguntar, por que o mesmo não ocorreu com o setor audiovisual?

A resposta é simples: porque no caso do audiovisual a relação contratual mercadológica começa com o empregador, diferentemente dos outros. E daí se compreende por que o setor audiovisual não conseguia sequer discutir uma temática e direitos de natureza tão evidente.

Mas a pressão é enorme e o poder público muitas vezes sucumbe, mesmo diante dos mais elementares direitos.

A política é um terreno muitas vezes de difícil compreensão. É um universo de importantes decisões e

representações, mas não pode dominar o universo do Direito, assim como a moral não pode ser responsável pelas dificuldades de se aplicar o Direito. Bato nessa tecla há décadas. Não são poucos, porém, os terrenos em que a política pretende - às vezes de forma planejada - invadir o terreno jurídico açoiando-o verdadeiramente.

Observe-se que o agente público informa, ao aplicar o efeito suspensivo no já citado processo administrativo, que o "objeto do processo encerra matéria com certo grau de ineditismo no cenário nacional". Ora, essa "fundamentação" é de espantar, pois certo grau de ineditismo é conceito realmente inovador no Direito, mormente no Direito Administrativo de Pindorama.

No mais, que ainda assim se considerasse a existência de ineditismo, o mais prudente seria exatamente não aplicar efeito suspensivo, considerando que todas as decisões anteriores foram no sentido da concessão da habilitação.

Quem suspendeu a autorização que os artistas tinham conseguido foi o secretário de **Direitos** Autorais e Propriedade Intelectual, Mauricio Carlos da Silva Braga. Diz ele que o efeito suspensivo era cabível porque o ato poderia "vir a gerar a necessidade futura de a Administração desfazer atos e realizar compensações". Ora, excelência, aqui cabe a pergunta: como assim, se o único ato que desfez atos anteriores foi justamente a decisão que suspendeu a concessão da habilitação?

A decisão, pois, deveria ser cuidadosa, para inibir prejuízo de difícil ou incerta reparação e o que promove? Prejuízo imediato e muito mais do que incerta reparação?

Ora, o ato do secretário é que leva os atores novamente à posição de hipossuficiência e os catapulta à velha assimetria sistêmica dos **direitos** autorais.

Hoje, para alguém fazer uma camisa vintage de um jo-

Continuação: Direitos de autor contra autor e intérpretes? Pode isso, secretário?

gador de futebol colocando o nome às costas, é preciso autorização do atleta. Já o artista faz uma novela e depois a emissora passa dezenas de vezes no seu canal, vende-se para o exterior e... o coconstrutor da obra nada recebe. Uau. Pois então, senhor secretário, havia mesmo periculum in mora... Só resta saber para quem...?

Numa palavra: parafraseando Mark Twain, no apocalipse quero estar no Brasil. Aqui tudo chega com anos de atraso. Inclusive o pagamento de **direitos** au-

torais como expliquei acima.

Com a palavra, o secretário Maurício.

Lenio Luiz Streck é jurista, professor de Direito Constitucional e pós-doutor em Direito. Sócio do escritório Streck e Trindade Advogados Associados: [www.streckadvogados.com.br](http://www.streckadvogados.com.br).



Minas é o segundo estado brasileiro em número de registros que vão de alimentos, como queijos, cachaça e café, a artesanato. Indicações geográficas conferem fama e aspecto físico da produção

JAM AMARAL/EM/DA PRESS



# Garantia de procedência

O registro valoriza o produto. No caso do queijo canastra, o valor quase quintuplicou. O preço que era cerca de R\$ 10 hoje é aproximadamente R\$ 50

Pedro Lovisi\*

Comer transcende o paladar. Saborear passa por histórias, rotinas, tradições, vestimentas e todos os traços que compõem uma cultura. Fabricar um produto é despejar um pedaço seu naquilo que será destinado aos outros. Como forma de garantir e prestigiar o valor cultural de cada elemento, em 1996 foram criadas as indicações geográficas (IGS), selo conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem.

De acordo com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), órgão que regula essas indicações, só em Minas Gerais há nove produtos registrados, indo de alimentos como queijos, cachaça e café a artesanatos como os de estanhos de São João del-Rei, na Região Central do estado. Minas é o segundo estado bra-

sileiro em número de registros, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul, que tem 10.

Ao todo, são 71 em todo o país, incluindo os concedidos a produtos estrangeiros, como italianos, franceses e portugueses. Além disso, na fila de espera para conseguir o selo estão 129 produtos – desses 18 são mineiros. Conforme explica o auditor federal agropecuario do Ministério da Agricultura, Carlos Roberto de Castro, existem duas espécies de indicação geográfica: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). Para obter a primeira, basta que o produto seja famoso na região. Já para conseguir a segunda, é necessário que os produtores comprovem que o território onde a mercadoria é produzida tenha condições físicas e humanas próprias.

“É fundamental (na DO) que o produto seja diferente devido a

uma influência grande do aspecto físico (como solo, clima e topografia)”, explica. Os franceses utilizam a palavra *terroir* para denominar a relação entre o ambiente físico e biológico, que gera um produto exclusivo do espaço.

O primeiro produto a conseguir o registro foi o vinho do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, que conseguiu o selo de Indicação de Procedência em novembro de 2002. Em Minas Gerais, o pioneiro foi o café do Cerrado, conquistando o selo IP em 2005 – 35 anos depois do início da cafeicultura na região. Após obter o selo, a Federação dos Cafeicultores do Cerrado aprimorou a própria organização e, em 2013, conseguiu a Denominação de Origem, tornando-se também o primeiro produto mineiro a ter o selo DO.

“É uma forma de valorização não só em termo de dinheiro como a região como um todo. A

pessoa que oferta o produto está ofertando um item diferenciado do mercado. Quando uma associação obtém o selo, ela está fortalecendo as demais, já que cria uma diferenciação entre as mercadorias presentes nos estabelecimentos”, argumenta o coordenador do departamento de Denominação de Origem da federação, José Márcio.

Apesar de a maioria dos produtos mineiros que hoje obtém o registro no INPI ter o selo de Indicação de Procedência – oito no total –, as condições em que eles são fabricados permitem que o carimbo correto seja o de Denominação Geográfica. “O queijo canastra, por exemplo, se você pegar o queijeiro que aprendeu a fazer o produto de geração em geração, pegar todos os instrumentos, o gado que ele usa e fazer a mesma coisa no Rio de Janeiro, nunca vai

dar o mesmo queijo. O clima é outro, a alimentação do gado é outra. Esse produto só existe daquele jeito”, explica Castro.

O auditor federal credita essa contradição à falta de estudos que os órgãos públicos tinham em relação a essa matéria. “Antes, achávamos que a DO tinha que ser provada cientificamente, com vários documentos e tal e, hoje, vimos que isso não é preciso.” Em dezembro do ano passado, o então presidente do INPI, Luiz Otávio Pimentel, assinou uma instrução normativa que facilitou a obtenção do selo de denominação geográfica. Com a resolução 95, aqueles produtos que, no passado, obtiveram o registro de IP, hoje conseguem agilizar o processo para adquirir a DO.

Essa é a intenção dos produtores de queijo canastra, que obtiveram o selo de IP em março de 2012. De acordo com o gerente

de projetos da Associação dos Produtores de Queijo Canastra (Aprocan), Igor Freitas, a ideia na época, era conseguir a indicação e, com os documentos já reunidos, solicitar o registro de denominação posteriormente.

“O entendimento era muito pouco, não conhecíamos muito bem, mas (em 2012) o estudo todo já foi feito para DO. O projeto para obter a denominação já está quase todo feito, só falta alguns detalhes”, ressalta. Embora a dificuldade para conseguir a DO seja maior do que a IP, Freitas garante que não há diferença das consequências dos selos no valor econômico dos produtos. Segundo ele, não há distinção já que os dois tipos de registros não são a mesma coisa e não competem entre si. “Não tem diferenciação de preço porque são coisas diferentes. Não quer dizer que a DO é melhor que a IP”, afirma.

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3

**Denominação de Origem**

7

**Marco regulatório | INPI**

7